

Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

No período de 23 a 30 de setembro último reuniu-se na Guanabara, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia, da Fundação IBGE, a Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia (I CONFEGE), com o objetivo de "examinar os programas das atividades geográfico-cartográficas das entidades públicas e privadas, bem como as necessidades e prioridades dos órgãos usuários de informações geográfico-cartográficas, visando a indicação de diretrizes para a implantação efetiva de uma ação coordenadora, de âmbito nacional, nos campos da Geografia e da Cartografia".

A sessão solene de instalação realizou-se no dia 23 de setembro, às 17,30 horas, no auditório do Ministério da Fazenda, perante numerosa assistência. A sessão foi presidida pelo Ministro Hélio Beltrão, do Planejamento e Coordenação Geral, tendo falado nessa oportunidade o Professor Sebastião Aguiar Ayres, Presidente da Fundação IBGE e da I CONFEGE, o Professor Ary França, Diretor do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, em nome dos participantes, e o Ministro Hélio Beltrão.

(O texto dos discursos, bem como a constituição das Comissões Técnicas, documentos apresentados e lista de adesões-entidades, no final da notícia).

A sessão plenária preparatória do conclave realizou-se no dia 24, às 9,30 horas, no salão de conferências do Hotel Serrador, sob a Presidência do Professor Sebastião Aguiar Ayres, Presidente da Fundação IBGE e da I CONFEGE. Alentado número de delegados, convidados e observadores compareceu ao auditório, tendo tomado assento à Mesa, além do Presidente da I CONFEGE, os Professores Miguel Alves de Lima e Ney Strauch, respectivamente Diretor-Superintendente do

IBG e Secretário-Geral da Conferência, e o Cartógrafo José Oswaldo Fogaça, Coordenador-Geral da Conferência. Abrindo os trabalhos, o Professor Sebastião Aguiar Ayres mencionou o significado da I CONFEGE e, referindo-se às sessões plenárias, afirmou que se revestiam de significado especial, porquanto nelas seriam submetidas à votação matéria do maior interesse para o desenvolvimento das atividades geográficas e cartográficas. Anunciou, a seguir, a constituição das Comissões Técnicas da I CONFEGE, encarecendo a necessidade do entrosamento dos Dirigentes, Relatores e Secretários dessas Comissões com os elementos da Comissão Executiva. O Secretário-Geral da I CONFEGE leu, em seguida, a relação dos trabalhos apresentados, em número de 43. A tarde, em dependências do 5.º andar do Hotel Serrador, reuniram-se as Comissões Técnicas, o mesmo acontecendo no dia 25, pela manhã e à tarde, para apreciação de matérias constantes da pauta.



Fig. 1 — Aspecto da Sessão Solene de instalação, quando discursava o Ministro Hélio Beltrão; à esquerda o Prof. Sebastião Aguiar Ayres

No dia 26, às 9,30 horas, realizou-se a segunda sessão plenária da I CONFEGE, sob a Presidência do Professor Sebastião Aguiar Ayres. No início da mesma o Sr. Presidente lembrou que, de acôrdo com o artigo 36, parágrafo único, do Estatuto da Fundação IBGE e das Normas Básicas da I CONFEGE, caberia àquela sessão plenária, através dos Delegados e convidados credenciados, a indicação de três representantes de entidades a fim de completarem a constituição da CONPLANGE. O Professor Miguel Alves de Lima pediu permissão ao Sr. Presidente para interromper, por alguns instantes, o andamento dos trabalhos, a fim de oferecer-lhe um exemplar especialmente preparado da obra "Subsídios à Regionalização", do IBG, tendo o Professor Sebastião Aguiar Ayres, em breves palavras, manifestado seu agradecimento pelo oferecimento. Os relatores das Comissões Técnicas procederam, então, à leitura dos textos dos Projetos de Recomendação preparados pelas Comissões "B", "D", e "E". As proposições suscitaram vivo interesse, sendo amplamente debatidas e examinadas pelo plenário, que aprovou 5 Recomendações. Em seguida, passou-se ao item "Indicação de três representantes para a CONPLANGE", constante da pauta. Procedida a apuração dos votos, recaiu a escolha na Sociedade Brasileira de Cartografia, que obteve 35 de um total de 43 votos, no Departamento de Geografia de Minas Gerais, que recebeu 31 votos, e no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que teve 24 votos. Outros órgãos tiveram menor número de votos. Após a votação, o Professor Alisson Guimarães manifestou-se sensibilizado pela indicação do Departamento de Geografia de Minas Gerais. A Direção da Mesa agradeceu aos presentes a colaboração prestada aos trabalhos da segunda sessão plenária, convidando-os para as reuniões vespertinas das Comissões Técnicas. Em seguida foi encerrada a sessão.

À tarde, reuniram-se as Comissões Técnicas "A", "B", "C", "E", "G", para apreciação de matéria programada.

No dia 27, pela manhã e à tarde novamente se reuniram as Comissões Técnicas da I CONFEGE, a saber: Comissões "B", "G", "C", "E", "F" e "D", as quais examinaram assuntos constantes da pauta.

No dia 28, sábado, a I CONFEGE realizou a 3.ª sessão plenária, a partir das 9 horas, sob a Presidência do Professor Sebastião Aguiar Ayres. Participaram da Mesa os Professores Miguel Alves de Lima e Ney Strauch, e o Sr. José Oswaldo Fogaça. Notou-se a presença no auditório de grande número de delegados, convidados e observadores, que prestigiaram os trabalhos da terceira sessão plenária. Foram apreciados vários Projetos de Recomendação oriundos das Comissões Técnicas "B", "G", "C", "F", cabendo aos relatores dessas Comissões procederem à leitura dos textos dos mesmos. A Mesa prestou esclarecimentos em tôrno das matérias ventiladas. Os projetos, versando assuntos técnicos, despertaram o maior interesse, sendo amplamente debatidos e examinados, convertendo-se, afinal, em "Recomendações". Às 13 horas, o Sr. Presidente suspendeu a sessão, que seria reiniciada às 15 horas. Antes da suspensão dos trabalhos, o Senhor João de Melo Moraes, representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e da Sociedade Brasileira de Geografia, propôs, sendo aprovada por unanimidade, uma moção de aplausos à Fundação IBGE e ao IBG, pela realização da I CONFEGE.

Durante a parte vespertina da sessão, a Mesa submeteu à apreciação do plenário, Projetos de Recomendação oriundos das Comissões Técnicas "E", "B" e "F", os quais, depois de debatidos e examinados, foram convertidos em "Recomendações". A sessão foi suspensa às 19 horas, tendo o Sr. Presidente marcado seu reinício para segunda-feira, dia 30, às 9 horas.

No dia 30, pela manhã, a I CONFEGE realizou a parte final da 3.ª sessão plenária, durante a qual concluiu o exame e votação dos Projetos de Recomendação oriundos das Comissões Técnicas, tendo votado ainda várias Moções e um Voto de Louvor. En-

cerrando os trabalhos, às 13 horas, o Professor Sebastião Aguiar Ayres agradeceu a colaboração de todos, convi-

dando os participantes para a sessão solene de encerramento, às 17,30 horas, no auditório do Ministério da Fazenda.



Fig. 2 — Parte dos componentes à mesa que dirigiu os trabalhos da 3.ª Sessão Plenária; da esquerda para direita Prof. Sebastião Aguiar Ayres, Prof. Ney Strauch e Prof.ª Marília Velloso Galvão

Participaram dos trabalhos da I CONFEGE 85 entidades públicas e do setor privado, registrando-se a presença de 208 delegados e convidados especiais, e de 116 observadores. A Conferência aprovou 49 “Recomendações”, 11 “Moções” e 1 Voto de Louvor.

A Sessão solene de encerramento realizou-se às 17,30 horas do dia 30 de setembro, no auditório do Ministério da Fazenda, sob a Presidência do Ministro Hélio Beltrão, tendo falado, nessa oportunidade, o Professor Sebastião Aguiar Ayres, o Sr. Miguel Paes Loureiro, representante do Ministério do Interior, o Professor Miguel Alves de Lima, Diretor-Superintendente do IBG, e o Ministro Hélio Beltrão.

Discurso do Ministro HÉLIO BELTRÃO

Ao declarar instalados os trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, desejo expressar minha satisfação pela oportunidade de renovar contato com a Fundação IBGE, desta vez com o seu setor geográfico-cartográfico, em situação idên-

tica à de 29 de maio último, quando tive a satisfação de presidir a solenidade similar, por ocasião da abertura dos trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Estatística.

Naquela ocasião, como agora, defronto-me com selecionado grupo de técnicos e especialistas, animados do importante propósito de examinar e discutir medidas e planos destinados ao aperfeiçoamento dos serviços de prospecção de nossas realidades. Do mesmo modo que o encontro relacionado à Estatística, é este também o primeiro no gênero, de âmbito nacional, promovido pela Fundação IBGE, em atenção ao disposto pelo Decreto-lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967. Essa circunstância, aliada à extraordinária valia, sobretudo num país da extensão do nosso, dos trabalhos geográfico-cartográficos, é suficiente para conferir à reunião expressão especial.

Vejo, aqui, ao lado de representantes dos órgãos do setor público, tanto federais como regionais, e de entidades do setor privado, produtoras ou usuárias de informações geográfico-

-cartográficas, figuras das mais expressivas nesse fascinante campo de estudos e de atividades. O interesse que todos demonstram, em torno desta Conferência, bem corresponde ao impulso ultimamente imprimido pela entidade coordenadora dos serviços geográfico-cartográficos, em favor da intensificação dos esforços para a expansão e o aperfeiçoamento dessas tarefas em todo o país.

Esse impulso vem sendo possibilitado pela recente reforma institucional do IBGE, que transformou a entidade em Fundação e, dessa maneira, lhe proporcionou melhores meios de ação, maior flexibilidade e autonomia de movimentos, com vistas não só ao vulto dos encargos sob sua responsabilidade, como à própria natureza deles, de múltipla e apurada especialização técnica.

Empenhado na retomada do desenvolvimento, o Governo considera essa dinamização de trabalhos, na esfera geográfico-cartográfica, como do maior interesse, para o que a vinculação da Fundação IBGE ao Ministério do Planejamento constituiu importante passo, por garantir íntimo entrosamento entre o aparelho nacional de mensuração estatística, geográfica e cartográfica e os órgãos do planejamento. Já no decorrer dos últimos tempos, pôde esse estreito entrosamento produzir resultados altamente positivos, principalmente no que se refere aos estudos sobre regionalização, envolvendo a análise da repartição especial dos aspectos da organização sócio-econômica do país, e na proposição de uma divisão regional em áreas homogêneas.

O concurso da Geografia e da Cartografia é indispensável não só para planejar bem, mas também para executar corretamente aquilo que se planejou. Sem estudos geográficos bem fundamentados e sem suficiente documentação cartográfica, não seria possível equacionar problemas de planejamento em bases seguras. Da maior valia é, ainda esse concurso para o equacionamento dos problemas ligados à segurança nacional. A Geografia e a Cartografia figuram, com irrecusável destaque, na linha de frente do apoio

necessário para a aplicação da nova Estratégia do Desenvolvimento, cujos objetivos residem no aumento de volume global de bens e de serviços e na melhoria das condições de vida dos brasileiros, objetivos esses que somente poderão ser atingidos por meio da ampliação dos mercados interno e externo, do desenvolvimento da agricultura, do avanço tecnológico, da reforma educacional, do fortalecimento da indústria nacional, do reforço da infra-estrutura econômica e social, do aumento da eficiência do sistema produtivo e de outras providências descritas no Programa Estratégico elaborado pelo Governo.

Dai a grande importância e oportunidade desta Conferência, durante a qual deverão ser examinados planos e projetos acerca dos diferentes aspectos das atividades geográfico-cartográficas, no país inteiro. Dêsse exame, bem como das discussões, contatos e debate dos temas apresentados, resultarão, por certo, recomendações de interesse para o progresso e o aperfeiçoamento dos trabalhos geográfico-cartográficos. Sobreleva, porém, considerar a coordenação de planos e de esforços, entre entidades e órgãos usuários e produtores de trabalhos geográfico-cartográficos, tendo em vista o mais racional aproveitamento dos recursos disponíveis.

A esse respeito, cabe aludir ao grande mérito de encontros como este, principalmente quanto ao balanço dos meios e a coordenação dos planos, com a finalidade comum de dotar o país de um amplo repertório de estudos geográficos, abrangendo tôdas as suas regiões, de variado acervo cartográfico, capazes de permitir conhecimento constantemente atualizado das peculiaridades do território nacional, para o adequado aproveitamento de suas diferentes áreas.

Tenho a certeza de que esta Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia haverá de alcançar o mesmo êxito da Primeira Conferência Nacional de Estatística, tanto no que concerne à expressão e pertinência de suas Recomendações, como à objetividade que caracterizou os trabalhos. O Governo, por meu intermédio, ma-

nifesta a confiança em que esta Conferência constituirá um marco expressivo no desenvolvimento dos estudos e atividades geográfico-cartográficas do país.

Discurso do Prof. SEBASTIÃO AGUIAR
AYRES

Ao dirigir minhas saudações aos participantes desta Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, quero manifestar, de início, a grande satisfação de ver reunidas, sob o estímulo de propósitos comuns, figuras das mais expressivas de nossos meios técnicos e científicos, representando entidades e órgãos produtores e usuários de informações geográfico-cartográficas, para, sob a égide da Fundação IBGE, examinar e debater planos e problemas relacionados com a Geografia e a Cartografia do País.

Desejo, também, consignar desde logo a extraordinária importância deste encontro, que não representa apenas uma etapa nova na existência da instituição responsável pela coordenação dos serviços estatísticos, geográficos e cartográficos nacionais, mas a reafirmação de um sistema de trabalho no qual predominam a colaboração e a cooperação entre os organismos que produzem ou utilizam dados geográficos e cartográficos, quer dos setores públicos, quer dos círculos privados.

Para que se tornasse possível intensificar esse esforço de identificação e de compreensão, com vistas a dotar o País dos elementos indispensáveis ao conhecimento atualizado de suas realidades, é que, há um ano, houve por bem o Governo proporcionar ao IBGE melhores condições para o cumprimento da importante missão que lhe cabe, de centralizar e coordenar, na esfera nacional, as atividades estatísticas, geográficas e cartográficas. Foram asseguradas essas condições após demorados e cuidadosos estudos, mediante a reformulação do modelo institucional do IBGE, que se transformou de Autarquia em Fundação.

Essa transformação, que busca proporcionar maior flexibilidade e autonomia de movimentos à entidade, nada afetou suas características bási-

cas e originárias. Na verdade, é do próprio vínculo às origens do IBGE que decorre o vigoroso espírito de superação de dificuldades e de renovação de métodos e processos de trabalho, refletido na feição dinâmica e objetiva que faz do órgão idealizado por Teixeira de Freitas o instrumento adequado, hoje em dia, à investigação e análise das realidades do País, em processo de desenvolvimento contínuo.

Já antes dessa mudança institucional, vinha o IBGE sentindo a conveniência de reajustar-se, para melhor acompanhar o ritmo de expansão das atividades nacionais, em seus diversos aspectos. E foi de seu próprio seio que partiram as propostas de reformulação por que passou ultimamente e que lhe conferiu melhores padrões de eficiência funcional, ampliação de serviços e desenvolvimento das formas de cooperação e articulação de esforços, na execução dos programas estatísticos, geográficos e cartográficos.

Na realidade, muito já se fez em Geografia e Cartografia, no Brasil. O que está por ser feito, porém, representa verdadeiro desafio à capacidade técnica, ao espírito de equipe, à vontade sobretudo, de bem servir ao País. As etapas vencidas e os progressos alcançados constituem, todavia, estímulos de valor inapreciável para novos avanços e conquistas.

Um breve retrospecto da caminhada percorrida, desde 1937, quando se organizou a ala geográfico-cartográfica do IBGE, demonstra o vulto das tarefas executadas, a começar pela missão imediatamente atribuída ao Conselho Nacional de Geografia, de atualizar a Carta do Brasil ao Milionésimo, que havia sido editada em 1922, como parte das comemorações do centenário da Independência.

Coincidiu a criação do Conselho Nacional de Geografia com a organização, no País, das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, às quais se deve a rápida difusão, em nosso meio, de uma Geografia científica, de nível superior, ao influxo das visitas ao Brasil e, em muitos casos, da permanência entre nós, de eminentes

especialistas da ciência geográfica. Essa fase foi assinalada pelo início da campanha nacional de determinação de coordenadas geográficas, etapa fundamental para o mapeamento de nosso vasto território, bem como pelo lançamento da *Revista Brasileira de Geografia* e, mais adiante, do *Boletim Geográfico*, publicações que vieram servir, como até hoje acontece, de veículo aos mais importantes trabalhos geográficos, que então passaram a aparecer com frequência.

Seguiram-se intensas atividades, no campo geodésico, em busca de melhor apoio para os empreendimentos cartográficos, enquanto se ofereceria, assim, contribuição científica para o melhor conhecimento do planêta que habitamos.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente normalização de atividades nos grandes centros de estudos da América do Norte e da Europa, pôde ser implementada uma política de treinamento avançado, no exterior, de pessoal especializado. Ao mesmo tempo, cuidou-se de promover a reestruturação, adequada para a época, dos serviços técnicos, ao passo que se consolidava um pensamento geográfico brasileiro, em formação ao longo do tempo, sob a inspiração dos grandes vultos que marcaram a evolução da ciência geográfica.

Abriu-se, em conseqüência, um período de intensa produção geográfico-cartográfica, tendo sido o território nacional palmilhado por numerosas equipes, que recolheram precioso acervo de elementos indispensáveis à compreensão do processo de desenvolvimento das diferentes regiões brasileiras. Para cumprir a árdua missão de proporcionar ao País uma rede palnoaltimétrica de primeira ordem, sem a qual não se poderia mapear o território nacional em escalas topográficas, particular impulso foi dado aos trabalhos geodésicos.

Merecem referência especial o vulto e o mérito dos esforços desenvolvidos e das realizações alcançadas na esfera cartográfica por serviços especializados, no âmbito federal, cabendo mencionar, a êsse respeito, os relevantes empre-

ndimentos do Serviço Geográfico do Exército e da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, órgãos de sólida tradição, a cuja eficiência técnica se devem, desde muito, trabalhos do maior valor. Não pode ser omitida, igualmente, a inestimável contribuição de outras entidades públicas e privadas que, em todo o País, se vêm dedicando a atividades do gênero, somando e multiplicando meios e recursos dentro do comum e patriótico objetivo de dotar o Brasil de mapas e cartas da melhor qualidade.

O reconhecimento do alto nível a que já haviam chegado os estudos e pesquisas no setor geográfico-cartográfico, entre nós, ficou comprovado pela escolha do Brasil para a realização do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional, que trouxe ao País centenas de especialistas dos mais prestigiosos nos círculos internacionais. Teve êsse Congresso, entre outros méritos, o da modificação de muitos conceitos sôbre a área tropical, além da afirmação de nossa capacidade de desenvolver o exato conhecimento do território brasileiro.

Novos conceitos e métodos se impuseram, ultimamente, no domínio dos estudos geográficos, quanto à natureza e aos fundamentos da organização do espaço territorial, fazendo com que a ala geográfico-cartográfica da Fundação IBGE se voltasse, nos últimos anos, para o reexame dos problemas nacionais, no âmbito da Geografia, e lançasse as bases de uma reformulação da Divisão Regional do Brasil. Foram empreendidos, simultaneamente, estudos em profundidade de apoio ao planejamento governamental do desenvolvimento do País, em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, ao qual se acha vinculada a Fundação IBGE.

Intensificaram-se os estudos relativos à análise espacial da economia brasileira, em apoio aos trabalhos do Instituto de Pesquisa Econômica e Social Aplicada. Ainda em prosseguimento, mas já em fase bastante avançada, tais estudos buscam atender a dois propósitos: servir como descrição

dos processos espontâneos ou dirigidos, que conduziram ao quadro atual da organização do espaço; e buscar a definição de um modelo de organização espacial, para fins de planejamento.

Objetivam êsses trabalhos a compreensão da natureza das diferenciações entre as diversas áreas, em função de sua estrutura e de suas relações com a economia regional, para fornecer aos planejadores e administradores visão mais clara e ampla dos problemas espaciais. Ainda nesse capítulo, visam os estudos de regionalização, que obedecem aos preceitos da moderna Geografia, ao estabelecimento de unidades regionais em diferentes níveis hierárquicos, capazes de constituírem regiões que satisfaçam a três tipos de necessidades: aos levantamentos estatísticos; aos fins de reorganização administrativa e de distribuição dos investimentos dos serviços públicos; e ao planejamento do desenvolvimento.

Merecem também referência especial os estudos de centralidade e rede urbana, os de fluxos, e os de zonas de estrutura essencialmente homogênea, os quais constituem elementos básicos para a compreensão dos fenômenos de regionalização do País e proporcionam subsídios indispensáveis à política de desenvolvimento econômico. Tais estudos evidenciam o papel desempenhado pelas cidades, bem como o grau de centralidade dos núcleos urbanos e de sua capacidade de polarização espontânea dentro da região, para possibilitar a identificação dos centros nos quais uma ação específica seja capaz de produzir determinados efeitos no campo sócio-econômico, ao mais baixo custo de investimento. Também proporcionam dois tipos de observação: a do mecanismo através do qual se movimenta a produção econômica; e a de fatos que permitam a análise dos espaços homogêneos, para a definição precisa de áreas agrícolas, industriais e metropolitanas.

No setor cartográfico, intensificou-se nos últimos tempos o regime de colaboração na prestação de serviços técnicos, através de novos Convênios com Governos Estaduais e entidades

federais, para fins de mapeamento topográfico ou restituição aerofotogramétrica. Cumpre referir, dentre êsses Convênios, os que foram efetuados com o Governo do Paraná, para o mapeamento topográfico sistemático, na escala de 1:50 000, de área correspondente a 16 fôlhas; com a NOVACAP, para adensamento da rede geodésica fundamental no Distrito Federal; com a VASP Aerofotogrametria, para mapeamento sistemático, no Estado de São Paulo, de área correspondente a 64 fôlhas; com o Governo de Santa Catarina, para mapeamento sistemático no Estado, correspondendo a cerca de 50 fôlhas, na escala de 1:100 000.

Outros Convênios se encontram à espera de assinatura dos protocolos respectivos, valendo referir os seguintes: com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, para o preparo e impressão de 250 mosaicos, na escala de 1:50 000, no Estado do Rio Grande do Sul; com a Prefeitura do Distrito Federal, para o estabelecimento de 72 pontos de amarração topográfica, destinados à locação de obras, em Brasília e arredores; e novo Convênio com o Estado do Paraná, para estender o mapeamento até as barrancas do Paranapanema, representando cerca de 20 fôlhas, na escala de 1:50 000.

Desejo também aludir, por sua ampla repercussão e alcance, ao preparo e à impressão de edição especial do Mapa do Brasil, na escala de 1:5 000 000, a cores, para uso nas escolas. Contribuí, assim, a Fundação IBGE, de maneira objetiva, para o desenvolvimento das atividades educacionais, distribuindo à rede de ensino primário cem mil mapas escolares, de feitura apropriada ao ensino elementar .

Registra-se, ainda, dentro da programação normal dos trabalhos, a impressão de novas fôlhas, na escala de 1:100 000, referentes à área dos Estados da Bahia e do Paraná, e na escala de 1:50 000 ao mapeamento do Estado do Rio de Janeiro. Acham-se em fase adiantada de preparo, para impressão, outras trinta fôlhas, cobrindo áreas dos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, São

Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná. Quanto à elaboração de mapas estaduais, foram organizados e impressos os dos Estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte, encontrando-se em preparo, para impressão, os referentes a cinco outras Unidades Federadas. Foram ainda preparadas, em complementação do "Atlas Nacional do Brasil", quatro novas folhas que focalizam diversos aspectos do País.

No que concerne ao setor da Geodésia e da Topografia, vêm sendo incrementados os trabalhos de apoio suplementar, baseados na rede geodésica fundamental, a fim de assegurar mais rápido aproveitamento à documentação existente, em especial das fotografias aéreas do Projeto AST-10. É significativo o volume de trabalho realizado, com vistas ao desenvolvimento da rede de apoio fundamental e ao mapeamento topográfico.

As dimensões continentais do País, sua posição geográfica, a variedade de climas e aspectos, impõem a aplicação de métodos diversificados, no que respeita aos trabalhos cartográficos. Há que escolher os processos mais adequados para cada área, segundo as contingências e peculiaridades regionais. No Brasil, a escolha deve ser cuidadosamente feita para duas grandes áreas distintas, praticamente equivalentes em superfície, mas possuindo características muito diferentes entre si. Uma delas, na qual se acha incluída a região amazônica, de baixa densidade demográfica e de difícil penetração, requer, por isso mesmo, a adoção de método especial de apoio básico por meio da trilateração, conectada à rede de triangulação existente, para formar um sistema único.

A esse respeito, cabe assinalar, o Instituto Brasileiro de Geografia realizou estudos da maior importância para o preparo de anteprojeto, já concluído, com o fim de estender a rede de apoio fundamental à região amazônica, através de sistema de trilateração eletrônica — maneira mais indicada, nas circunstâncias atuais, de prover a região, em tempo razoável, do apoio essencial ao mapeamento topográfico regular.

Na outra área, mais densamente povoada e que abrange as regiões mais desenvolvidas do País, onde os meios de transporte terrestre já são bons ou satisfatórios, embora insuficientes, pode-se continuar aplicando os métodos convencionais de apoio básico. Mais de metade do apoio requerido para essa área já se acha estabelecido e seu mapeamento se encontra em contínuo processamento. Foram estabelecidas, na região mais densamente povoada do Brasil, 2 930 estações de triangulação de 1.^a ordem, cobrindo acima de dois e meio milhões de quilômetros quadrados. Mais de 45 000 quilômetros de estradas estão nivelados com precisão de 1.^a ordem, ocupando o Brasil, neste particular, o terceiro lugar do mundo, em seguida aos Estados Unidos e Canadá.

Quanto ao apoio suplementar, o ritmo dos trabalhos se vem acentuando, e assim poderá ser mantido, desde que assegurados, a tempo, os recursos necessários.

Releva, por outro lado, salientar que se processam normalmente as operações finais de campo, para o estabelecimento do DATUM HORIZONTAL BRASILEIRO. Tanto a rede de nivelamento como as de triangulação e trilateração possuem interligações com o sistema continental. Neste particular, trabalhos especiais estão sendo realizados, para a interligação do DATUM Brasileiro de Chuá com o DATUM Argentino de Campo Inchauspe, como decisiva contribuição para o melhor conhecimento da forma do geóide.

Dessa maneira, vem esta Conferência, cuja realização atende a dispositivo do Decreto-Lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, encontrar a Fundação IBGE na plena execução de seus programas geográfico-cartográficos, dentro de amplo e superior entendimento com todos os órgãos interessados em atividades correlatas, e inteira identificação com o mais puro espírito ibgeano.

De acordo com o disposto no artigo 40 de seu Estatuto, incumbe à Fundação IBGE convocar periodicamente, a intervalos que não devem

exceder três anos, a Conferência Nacional de Geografia e Cartografia (CONFEGE), a fim de examinar, com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais, e outras entidades públicas e do setor privado, o melhor atendimento das necessidades do País, nesse campo de atividades.

Foi em cumprimento a essa determinação legal e estatutária que a Direção da Fundação IBGE teve a honra de promover esta Conferência, para o exame de importantes temas relacionados à Geografia e à Cartografia do Brasil. O êxito desta Conferência, do qual estou absolutamente seguro, há de resultar do espírito de mútua colaboração de todos quantos dela participaram. Tenho a convicção de que esta Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia virá contribuir, de maneira efetiva, para a expansão, o aperfeiçoamento e a profundidade dos trabalhos geográfico-cartográficos em nosso País, inclusive daqueles mais exigidos pelos setores encarregados das tarefas vinculadas ao desenvolvimento, e que interessam não apenas aos órgãos governamentais e às entidades do setor privado, mas à Nação inteira.

Ao finalizar, tenho o prazer de apresentar a Sua Excelência, o Senhor Ministro Hélio Beltrão, as mais sinceras expressões de reconhecimento da Fundação IBGE, e dos ilustres participantes desta Conferência, pela honra com que nos distinguiu presidindo a esta solenidade e, ainda, pela compreensão e clara visão com que tem sabido conduzir, na área do Governo, os assuntos de interesse da Geografia e da Cartografia do Brasil.

Palavras do Professor ARY FRANÇA

Meus Senhores,

Ao serem instalados solenemente os trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, tenho a honra de manifestar-me, por especial deferência do Senhor Presidente do IBGE e na qualidade de representante dos que atenderam ao chamamento do principal órgão dedicado à

Geografia brasileira, o IBG, acorrendo de tôdas as partes do país para colaborar nos debates e assumirem sua parcela de responsabilidade nas resoluções que visam a coordenação e o incentivo das atividades geográfico-cartográficas do Brasil.

Para todos nós, que viemos participar da I CONFEGE, é motivo de satisfação e orgulho renovarmos o contacto, sempre muito proveitoso e agradável com os dirigentes da nova Fundação IBGE, representantes que são de u'a mentalidade arejada, e com os companheiros do antigo Conselho Nacional de Geografia, integrados em corpo e espírito, na Autarquia renovada, e sempre fiéis ao ideal comum de trabalhar pelo desenvolvimento da moderna ciência geográfica e pelo melhor conhecimento do Brasil, e, agora, animados do espírito, que a todos contagia, de coordenar e integrar atividades e órgãos de ação geográfica e cartográfica, evitando duplicações e desperdícios, incentivando o esforço legítimo, por vêzes isolado, e visando proporcionar ao Governo e às entidades usuárias da informação geográfica e cartográfica elementos indispensáveis para o planejamento nacional e regional.

Este país, que já deve muito aos Geógrafos e Cartógrafos do IBG, para não falar dos que se dedicam às atividades da Estatística, vê projetar-se, com a instalação da Fundação IBGE, um organismo renovado, animado de mentalidade agressiva, e esforçando-se por projetar, em bases muito mais amplas do que as anteriores, os esforços e os cabedais de todos quantos operam no campo vasto e complexo da Geografia e da Cartografia, pesquisando, lecionando, publicando, colaborando e, por vêzes, dirigindo, em condições que nem sempre permitem atingir o melhor rendimento.

Vemos, nesta oportunidade, reunirem-se sob o mesmo ideal, num encontro em torno de planos e de programas, Cartógrafos e Geógrafos, profissionais que se completam, convivem e se entendem — provenham do IBGE, dos Ministérios civis, das Fôrças Armadas, das Universidades, das organizações



Fig. 3 — Sessão Plenária — convidados e participantes da I CONFEGE

estaduais e municipais ou das empresas privadas — profissionais que experimentam juntos os progressos do conhecimento da terra e da gente brasileira, sentem, paralelamente, as deficiências de informação e concluem que precisam programar em conjunto a sua ação. Esses ramos científicos, a Cartografia e a Geografia, caminham unidos em toda parte e há muito tempo, e possuem, na base da conceituação e da metodologia que adotam, o sentido de integração — integração que é a tônica desta Primeira Conferência Nacional de Geografia e Cartografia.

A I CONFEGE, pelos seus altos objetivos, pelo seu temário, pelo sentido de conjugação de planos e programas de instituições e de pessoas ativas, em torno das idéias de renovação e de coordenação e, sobretudo, pela disposição em que se acham os seus organizadores e participantes, de tudo fazerem pelo ideal comum, que é de união e é brasileiro, marcará, sem dúvida, nova etapa nas atividades da Geografia e da Cartografia brasileiras, projetando esses ramos da ciência, dando-lhes diretrizes coerentes e racionais, somando e articulando esforços.

Manifestamos, assim, nossa confiança, que é de todos os que atenderam ao apêlo, do Instituto Brasileiro de Geografia, de que a I CONFEGE marcará o início de nova e mais bri-

lhante etapa no desenvolvimento da Cartografia e da Geografia no Brasil. Felicitamos e nos congratulamos com os que tiveram a responsabilidade de promover e organizar esta reunião de alto nível nas pessoas do Professor Sebastião Aguiar Ayres, Presidente da Fundação IBGE e Miguel Alves de Lima, Diretor-Superintendente do IBG e nos propomos ao trabalho, confiantes e dispostos, certos todos os participantes desta Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, de que os resultados dos esforços e da decisão de Cartógrafos e Geógrafos darão novo e marcante impulso ao conhecimento e à interpretação da realidade do país e servirão ao desenvolvimento do nosso querido Brasil”.



Fig. 4 — Sessão Solene de encerramento quando discursava o Prof. Miguel Alves de Lima

Constituição das Comissões Técnicas

COMISSÃO "A"

PLANO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Coordenador: Prof. Miguel Alves de Lima.

Relator: Prof. Ary França.

Secretário: Prof.^a Maria Rita de La Roque Guimarães.

Colaboradores:

Dora do Amarante Romariz.
Lindalvo Bezerra dos Santos.
Florianos Reis Barbosa.

COMISSÃO "B"

GEODÉSIA, MATEMÁTICA E DINÂMICA

Coordenador: Prof. Allyrio Hugueneu de Mattos.

Relator: Eng. Gilvandro Simas Pereira.

Secretário: Eng. José Clóvis Motta de Alencar.

Colaboradores:

Péricles Salles Freire.
Francisco A. Kadlec.
Regina Lúcia Tuminelli.

COMISSÃO "C"

AEROFOTOGRAMETRIA E OPERAÇÕES TERRESTRES

Coordenador: Eng. Placidino Machado Fagundes.

Relator: Fotog. Dâmaso Barreira Alvarez.

Secretário: Geom. José Roberto Duque Novaes.

Colaboradores:

Célio Justino Ferreira.
Nélson Cesar de Almeida.
Sylvio Pinho Ferreira.

COMISSÃO "D"

ELABORAÇÃO E USO DE CARTAS

Coordenador: Ten. Cel. Sérvulo Lisboa Braga.

Relator: Prof. Cêurio Roberto Hollanda de Oliveira.

Secretário: Cart. Lúcia Macedo Holmes.

Colaboradores:

Adelmar Barbosa Alegria.
José de Mattos.

COMISSÃO "E"

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E DOCUMENTAÇÃO

Coordenador: Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães.

Relator: Prof. Orlando Valverde.

Secretário: Prof. Ângelo Maciel.

Colaboradores:

Maria Francisca C. Cardoso.
Lourdes Manhães Strauch.

COMISSÃO "F"

REGIONALIZAÇÃO

Coordenador: Dr. Vinícius Fonseca.

Relator: Prof. Pedro Pinchas Geiger.

Secretário: Prof.^a Fanny Davidovich.

Colaboradores:

Hilda da Silva.
Adriadne Sotto Mayor.
Olga Maria Buarque de Lima.
Cezar Magalhães.
Catharina V. Dias.

COMISSÃO "G"

ATLAS E CARTAS TEMÁTICAS

Coordenador: Capitão de Fragata
Dimas Lopes da Silva Coelho.

Relator: Prof.^a Marília Velloso
Galvão.

Secretário: Prof.^a Olindina Vian-
na Mesquita.

Colaboradores:

Ruth Magnanini.
Walter de Souza Matta.
Eugênia Egler.
Solange Tietzmann.

COMISSÃO "A"

I — *Documentos Oficiais*

Plano Nacional de Geografia
e Cartografia.

II — *Contribuições*

Programas Cartográficos da
SUDENE.

COMISSÃO "B"

I — *Documentos Oficiais*

Os Marcos Geodésicos — Cui-
dados a observar na sua
construção e conservação.

Sistema Nacional de Nivelamento de 1.^a ordem.

Adensamento da Rede Geo-
désica Fundamental.

A Importância da Unificação
dos Sistemas Geodésicos.

COMISSÃO "C"

I — *Documentos Oficiais*

Considerações sôbre o Apoio
Fotogramétrico no Mapeamento Sistemático na Escala de 1:100 000.

Considerações sôbre a Clas-
sificação e Complementação
de Campo e a Toponímia
para os Mapeamentos Topo-
gráficos Básicos.

Problemas Inerentes ao Pla-
nejamento, Organização e
Processamento dos Levanta-
mentos Aerofotogramétricos
para Cartas em Escalas Mé-
dias.

II — *Contribuições*

Sugestões para a Utilização
Cartográfica do Recobrimen-
to Aerofotogramétrico do
Nordeste.

I.^a Reunião sôbre Coordena-
ção das Atividades Cartográ-
ficas no Nordeste.

COMISSÃO "D"

I — *Documentos Oficiais*

Elaboração de Cartas — Pro-
blemas inerentes à elabora-
ção e preparo de cartas.

Aerofotografias — Problemas
decorrentes do Intercâmbio
de Aerofotografias e Filmes e
de sua Classificação como
Sigilosos.

COMISSÃO "E"

I — *Documentos Oficiais*

A Participação do IBG no
Ensino e Aperfeiçoamento
Técnico.

A Capacitação Profissional
do Geógrafo e o Ensino Uni-
versitário.

Biblioteca Central do Insti-
tuto Brasileiro de Geografia.

Divulgação dos trabalhos de
conhecimentos técnico-cien-
tíficos.

II — *Contribuições*

A Formação Universitária de
Geógrafos.

COMISSÃO "F"

I — *Documentos Oficiais*

Diagnóstico Regional.

A Experiência dos Estudos de Fluxos no IBG, como Subsídio à Regionalização.

Estudo Econômico Regional para um Plano Diretor de Transportes.

Fluxos — Importância de Estudos Sistemáticos para Compreensão da Estrutura Espacial Brasileira.

Critérios de Delimitação de Áreas Metropolitanas e a Possibilidade de sua Aplicação no Brasil.

Estudos Sobre Centralidade no Brasil.

Centralidade — Definição de uma Metodologia para o Estudo da Centralidade.

Estudo das Relações entre Região e Cidade.

II — *Contribuições*

Rodovias Cadastradas pelo GEIPOT.

Determinação dos Fluxos de Produtos Agro-Pastoris Extrativos e Industriais.

Mapas Sócio-Econômicos para Fixação de Prioridades na Execução Rodoviária (Memória).

COMISSÃO "G"

I — *Documentos Oficiais*

Atlas Nacional do Brasil.

Coordenação dos Atlas Estaduais.

O Plano Mínimo para os Atlas Estaduais.

O Atlas do Estado do Ceará.

Projeto de Mapeamento da População do Brasil no Plano da Carta Mundial de População da União Geográfica Internacional.

Problemas do Mapeamento Geomorfológico no Brasil.

Cartas Geomorfológicas.

II — *Contribuições*

Elementos Básicos para Mapeamento.

Entidades Participantes da I CONFEGE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO (ABE)

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS
BRASILEIROS (AGB)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE EMPRÊSAS DE
AEROFOTOGRAMETRIA (ANEA)

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL
DOS ESTATÍSTICOS
DO BRASIL (APEB)

BANCO DO BRASIL S/A.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
(BNH)

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
S/A (BNB)

CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DO MINISTÉRIO DE INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

CENTRO DE PESQUISAS
DE GEOGRAFIA DO BRASIL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

CEPAL/ILPES NO BRASIL
CLUBE DE ENGENHARIA
COMISSÃO DE CARTOGRAFIA
(COCAR)
COMISSÃO DE GEOGRAFIA
DO INSTITUTO PAN-AMERICANO
DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
COMISSÃO INTERESTADUAL DA
BACIA PARANÁ-URUGUAI
(CIBFU)
COMISSÃO NACIONAL
DE PLANEJAMENTO E NORMAS
GEOGRÁFICAS (CONPLANGE)
COMISSÃO NACIONAL
DE PLANEJAMENTO E NORMAS
ESTATÍSTICAS (CONPLANE)
COMPANHIA NACIONAL
DE TELECOMUNICAÇÕES (CONTEL)
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO
DE PERNAMBUCO (CONDEPE)
CONSELHO DIRETOR
DA FUNDAÇÃO IBGE
CONSELHO ESTADUAL
DE GEOGRAFIA
DE ALAGOAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
E CARTOGRAFIA DA SECRETARIA
DE MINAS E ENERGIA DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
DA FACULDADE DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS DA USP
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TERRAS E COLONIZAÇÃO (DGTC)
DEPARTAMENTO GEOGRÁFICO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO GEOGRÁFICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO NACIONAL
DE ESTRADAS DE FERRO (DNEF)
DEPARTAMENTO NACIONAL
DE ESTRADAS DE RODAGEM
(DNER)
DEPARTAMENTO NACIONAL
DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS
(DNOCS)

DEPARTAMENTO NACIONAL
DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS
(DNPVN)
DIRETORIA DE HIDROGRAFIA
E NAVEGAÇÃO DO MINISTÉRIO
DA MARINHA
(DHN)
DIRETORIA DO SERVIÇO
GEOGRÁFICO DO MINISTÉRIO
DO EXÉRCITO
DIRETÓRIO REGIONAL DE
GEOGRAFIA DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ROTAS AÉREAS
DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA,
DA COORDENAÇÃO DE PLANOS
E ORÇAMENTOS, DA SGO,
DO ESTADO DA GUANABARA
EMPRESA BRASILEIRA
DE TURISMO (EMBRATUR)
ESCOLA POLITÉCNICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA
ESTADO-MAIOR
DAS FORÇAS ARMADAS (EMFA)
FACULDADE DE FILOSOFIA
DO CEARÁ
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
FUNDAÇÃO NACIONAL
DE MATERIAL ESCOLAR DO MEC
(FENAME)
GEOLOGIA PROSPECÇÕES
AEROFOTOGRAMETRIA S/A
(PROSPEC S/A)
GRUPO EXECUTIVO
DE INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA
DE TRANSPORTE (GEIPOT)
INSTITUTO BRASILEIRO
DE BIBLIOGRAFIA
E DOCUMENTAÇÃO (IBBD)
INSTITUTO BRASILEIRO
DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL (IBDF)

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA (IBE)	OBSERVATÓRIO NACIONAL
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBG)	PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRÁS)
INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA (IBRA)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC)
INSTITUTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	PRO-GEO IMPORTADORA LTDA.
INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DE SÃO PAULO	REVISTA DOS TRANSPORTES SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	SEITEC — PLANEJAMENTO AGROINDUSTRIAIS
INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (INDA)	SERVIÇOS AEROFOTOGRAFÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S/A. (SACS)
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICO-SOCIAL APLICADA (IPEA)	SERVIÇO GEODÉSICO INTER-AMERICANO (IAGS)
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CULTURA	SERVIÇO NACIONAL DE RECNSEAMENTO (SNR)
INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS (IPR)	SERVIÇOS TÉCNICOS DE AEROFOTOGRAFETRIA LTDA. (AERO-STAL)
LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA DA UNIVERSIDADE DE TORINO (ITÁLIA)	SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARTOGRAFIA (SBC)
LABORATÓRIO DE GEOMORFOLOGIA E ESTUDOS REGIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (SBG)
LABORATÓRIO DE GEOQUÍMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM)
LASA — ENGENHARIA E PROSPECÇÕES S/A	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL (SUDEC)
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	SUPERINTENDÊNCIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO (SUVALE)
MINISTÉRIO DA FAZENDA	TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ
MINISTÉRIO DO INTERIOR	UNIDADES DE RECURSOS NATURAIS DA OEA
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	VASP AEROFOTOGRAFETRIA S/A